

Fraude nas guias de internação hospitalar

O pagamento das autorizações de internação hospitalar, as chamadas AIHs, pode ser fraudado com facilidade, segundo a investigação da PF/SAE. Um dos esquemas é o seguinte: o hospital entrega o disquete para processamento das guias de autorização de internação com erro. A prestação de contas é rejeitada.

Aí o hospital solicita à Secretaria de Saúde o pagamento administrativo. É feito um cálculo com base na média mensal de faturamento do hospital. A verba é liberada em valores maiores que os normalmente recebidos pelo hospital e a diferença pode então ser rateada entre os funcionários do esquema e a "caixinha política".

Hoje o governo brasileiro gasta R\$ 20 bilhões por ano na área de saúde. E falta dinheiro — tanto que o Congresso acabou de aprovar o imposto sobre o cheque (CPMF), que vai recolher R\$ 6 bilhões por ano da população para ajudar a cobrir os custos.

Mas funcionários do próprio Ministério acham que a saúde vai continuar "um saco sem fundo" enquanto não forem punidas as irregularidades e fraudes do sistema. O dossiê mostra parte disso ao informar que um funcionário do Centro Epidemiológico diz que todas as licitações e concorrências da Fundação Nacional de Saúde "são direcionadas".

COMO DESVIAR DINHEIRO DO SUS

1

O esquema de fraude no Sistema Único de Saúde feito com as Guias de Autorização de Internação (AIHs) contado na investigação é feito em cinco etapas. A primeira consistia na montagem do esquema por donos de hospitais e funcionários da Secretaria Nacional de Saúde.

2

Na segunda fase, o hospital entrega o disquete do processamento das Guias de Autorização de Internação com erro. O erro é detectado claramente no Ministério da Saúde. A prestação de contas do hospital é rejeitada.

3

O hospital, então, formula pedido oficial à Secretaria de Saúde do pagamento administrativo. Na Secretaria é feito cálculo com base na média mensal de faturamento do hospital.

4

A média mensal registra valores maiores do que os normalmente recebidos pelo hospital, mas a verba é liberada pelo esquema de funcionários ou pelo funcionário da Secretaria Nacional de Saúde do esquema.

5

A diferença a mais que o hospital recebe é então rateada entre os funcionários e a "caixinha política", ou seja, o dinheiro vai também para campanha eleitoral dos políticos que fazem indicação de apadrinhados para cargos na Secretaria Nacional de Saúde.

COTA EXTRA

No Sistema Único de Saúde (SUS) as guias de internação hospitalar foram distribuídas com irregularidades durante todo o ano de 1994. No dia 09 de maio daquele ano, o coordenador-geral de Controle dos Serviços de Saúde da Secretaria de Assistência, Denison Luiz Cerqueira Menezes, pretendia repassar uma cota extra de AIHs para o estado de Alagoas.

O repasse contrariava a legislação — que prevê cotas mensais de acordo com a população de cada estado —, tanto que a coordenadora do SUS na época, Eliana Maria Martins Melo,

impediu a transação. Cada AIH em Alagoas tem valor médio de US\$ 160. O repasse das 21 mil guias iria representar desembolso adicional de US\$ 3 milhões e 360 mil.

Segundo a investigação, o então coordenador Denison seria o responsável pelas autorizações para pagamentos administrativos (aqueles do esquema) a hospitais. Um desses pagamentos irregulares foi feito para o Hospital Municipal de São José, de Joinville (SC). Para fazer o pagamento, Denison teria, inclusive, "falsificado a assinatura de Eliana Maria Martins Melo". Ela denunciou o fato ao

diretor do departamento na época, Gilson Caliman, mas nada aconteceu. Indignada, Eliana se demitiu.

Outra irregularidade apontada na investigação é a utilização do poder de transferir os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) para obter prestígio político. No dia 7 de março de 1994, Celso de Oliveira Campos, na época assessor parlamentar do Ministério da Saúde, estava tentando atrasar pagamentos para ganhar importância com os donos dos hospitais.

Celso também entrava em outros assuntos. No dia 8 de março ele estava interessado numa campanha de pu-

blicidade para beneficiar quatro hospitais: Nossa Senhora Aparecida, Santa Paula, Nossa Senhora de Lourdes e Santo Antonio, todos de Anápolis.

Ele prometia verbas da área da saúde a prefeitos e os procurava-os propondo-lhes convênios com o Ministério. Em março, estavam na lista de Celso prefeitos de Ceres, Jaraguá e Luziânia, também no interior de Goiás.

"NEGÓCIO DE PIRENÓPOLIS"

Era oferecida verba de convênio para a área de saúde e discutido o projeto a ser enviado ao ministério. Na segunda fase, outra pessoa procu-

rava o prefeito prometendo apressar a liberação da verba. Até os valores dos convênios eram feitos dentro de determinada escala, "para facilitar os trâmites burocráticos".

Havia prefeitos que atendiam as determinações e conseguiam mais verbas. A prefeitura municipal de Sanclerlândia, no interior de Goiás, por exemplo, conseguiu enviar três projetos ao Ministério: um para a compra de material para um hospital municipal, o segundo para a compra de uma ambulância e um terceiro para a montagem de um consultório odontológico e de um laboratório de análises clínicas.

O prefeito de Jataí, também no interior de Goiás, era outro alvo. Mas o assessor Celso de Oliveira Campos estava atento a outras prefeituras. No dia 15 de março ele orientou sua equipe: "Não deixem esfriar o negócio de Pirenópolis".

Outra história ocorreu com a prefeitura de Petrolina de Goiás (GO). O prefeito Nelson P. de Vasconcelos resolveu não cumprir o acordo. No dia 17 de março, "o prefeito recebeu verbas do ministério, mas não repassou a parte do esquema, desviando o dinheiro para sua conta pessoal".

Dois emissários foram a Petrolina. A ordem de Celso: bloquear o repasse das verbas do ministério para a prefeitura de Petrolina (V.C)